



Anais da Assembléia

Nº 146

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE NOVEMBRO DE 1991.

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 1991

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Mário Bezerra.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Anaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Afonso Júnior, José Alves, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colação (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Doutor Rosinha, José Alves, José Arthur Ritti e Luiz Antonio Setti (04). Achando-se em licença os Senhores Deputados Alga-ci Túlio, Albino Corazza e Eurides Moura (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 067/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização

de plebiscito na área abaixo descrita, objetivando a incorporação de parte territorial do município da Lapa ao município de Contenda.

"Começa na formação do Rio do Poço (encontro das águas do Arroio Laranjeira, Ribeirão da Lavrinha e Rio da Cachoeira), subindo pelo Rio da Cachoeira até encontrar a foz do Rio dos Cachos, pela qual sobe até sua nascente, daí segue pelo divisor das águas dos Rios Iguaçu e Várzea, sentido noroeste, até a nascente do Rio do Turvo, e por este, abaixo até sua foz no Rio Iguaçu, pelo qual desce até a foz do Arroio Passo da Guarda. Deste ponto sobe pelo mesmo, até sua nascente, de onde, por uma linha seca alcança a nascente do Arroio Passo da Cruz e por este abaixo, até encontrar o Rio dos Cardosos. Deste ponto do Rio dos Cardosos abaixo segue até a estrada Lapa-Quitandinha. Finalmente por uma linha seca de aproximadamente 9.400 (nove mil e quatrocentos) metros, até encontrar a formação do Rio do Poço, ponto de partida."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.91.

(a) ROSSONI

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 068/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - As pensões mensais pagas a qualquer título, através de dotações no Orçamento do Poder Legislativo Estadual, ficam fixadas em seus atuais valores.

Parágrafo Único - As pensões a que se referem o caput deste artigo, serão reajustadas na mesma data e pelos mesmos índices de vencimentos do funcionalismo público estadual.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.91.

(aa) ANIBAL KHURY

JOÃO ARRUDA

ADEMAR TRAIANO

ERNANI PUDELL

MÁRIO BEZERRA

ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução tem como escopo a uniformização dos reajustes das pensões mensais pagas através de dotações próprias do Orçamento do Poder Legis-

lativo.

É do conhecimento de todos que os gastos a qualquer título com pessoal, no âmbito deste Poder, estão limitados pela dotação orçamentária prevista pela Constituição do Estado, que não pode ser ultrapassada.

Nestas condições, a uniformização do tratamento e a adequação a realidade orçamentária são medidas que se impõem pela sua própria natureza.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 501/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada a obrigatoriedade de introdução nos currículos de ensino de 1° e 2° graus das escolas públicas do Estado do Paraná, da disciplina de Direitos da Cidadania.

Parágrafo Único - Serão de competência dos órgãos da Secretaria da Justiça e da Cidadania e da Secretaria da Educação, coordenar a estruturação e programação da disciplina criada, de forma a inseri-la na grade curricular do ensino público.

Art. 2° - Fica autorizada a utilização de professores da rede estadual de ensino das áreas de História, Geografia, Português e OSPB, para ministrar aulas dessa disciplina, após a devida reciclagem.

Art. 3° - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor seis (06) meses após a publicação.

Sala das Sessões, em 06.11.91

(a) LOURENÇO FREGONESE.

JUSTIFICATIVA:

No momento em que o mundo inteiro dá início às comemorações dos 200 anos da Declaração dos Direitos Humanos, o Brasil, um país constantemente denunciado como violador dos direitos inalienáveis do homem e do cidadão, precisa adequar-se às normas seguidas internacionalmente. E o Paraná, apontado como Estado modelo e progressista em várias questões, também não pode furtar-se a garantir direitos elementares aos seus cidadãos. Para atingir tal objetivo, a educação da criança e do jovem é fundamental. Até porque eles se encarregarão, nesse processo cultural, de repassar aos mais velhos as informações recebidas nas salas de aula das escolas públicas.

A introdução de uma disciplina como a de Direitos da Cidadania, que ora propomos, certamente vai contribuir para que os Direitos Humanos, num contexto mais global, sejam respeitados. Para exigir esse respeito, é evidente que é necessário conhecer quais os direitos assegurados ao cidadão. A idéia de nosso projeto é justamente essa, pois temos certeza que se

transformada em Lei, com a obrigatoriedade de espaço na grade curricular para o tema, os direitos do cidadão serão melhor identificados e, conseqüentemente, melhor cobrados em sua observância.

O processo de afirmação da cidadania como possibilidade de convivência social, pautada pelo reconhecimento da dignidade da pessoa humana e pela consciência de seus direitos e também deveres passa necessariamente pela educação. E usa como instrumento de propagação a escola e o professor, que por sua vez também terá que estar preparado para acionar tal processo. Para viabilizá-lo, os temas sobre os direitos e as garantias fundamentais encontram guarida e espaço em disciplina apropriada, que tratará dos Direitos da Cidadania.

A própria Carta Magna do Brasil, a Constituição Federal promulgada em 1988, garante o direito à cidadania. A Constituição do Paraná, promulgada um ano depois, reafirma-o. Mas pouco se tem feito para respeitá-los. Temos muito mais que o direito de ir e vir ou de liberdade de expressão, por exemplo. Um dos mais importantes, o direito à informação, pouco difundido, é em síntese o que propomos. Um povo bem informado certamente terá melhores condições de escolher seus representantes; saberá defender seus interesses e os da coletividade e não estará a mercê do arbítrio de autoridades, organizações e corporativismos, entre outros agentes.

Questões como os Direitos da Criança e do Adolescente, outro modelo criado e não efetivamente implantado no país, tenderão a obter maior ressonância junto à sociedade. E como sempre será a educação a mola propulsora desse processo de conscientização. Até legislações mais específicas, como o Código de Defesa do Consumidor, por exemplo, podem ganhar maior repercussão e obediência através do mecanismo educacional. O cidadão-consumidor desde a infância terá noção de seus direitos e saberá exigí-los. Em contrapartida, os deveres do cidadão para com o Estado e a comunidade ganharão também novo impulso no tocante às responsabilidades de cada um. Se Estado como São Paulo e Rio Grande do Sul já se adiantaram e implantaram ação semelhante, cabe ao Paraná melhorar o nível de conscientização de sua população através dessa medida. A introdução da disciplina de Direitos da Cidadania não representará qualquer ônus para os cofres do Estado, uma vez que os professores que já lecionam nas escolas da rede pública serão o instrumento para a viabilização da disciplina.

Estamos aqui depositando um voto de fé na infância e na juventude, ambas se desenvolvendo sem valores que lhes assegurem

perspectivas de um futuro melhor. E mais do que nunca, reafirmamos nossa crença no papel de agentes de mudança representada pela educação.

PROJETO DE LEI N° 502/91
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O artigo 247 de Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970, Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná passa a ter a seguinte redação.

"Art. 247 - Ao funcionário estável que, durante o período de dez anos consecutivos, não se afastar do exercício de suas funções, é assegurado do direito à licença especial de seis meses, por decênio, com vencimentos integrais, admitida a conversão de 50% (cinquenta por cento) em espécie."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.91

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A licença especial, também chamada de licença prêmio, constitui direito tradicional e antigo do funcionário público brasileiro, consagrado também pela legislação de todos os estados da federação.

A Lei Federal n° 8112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores da União, das autarquias e das fundações públicas federais, contempla a concessão de licença especial, consolidando este direito.

A Constituição do Estado do Paraná em seu art. 34, inciso XVIII das disposições constitucionais gerais, institui a licença especial de seis meses, por decênio de efetivo exercício, com vencimentos integrais, admitida a conversão de 50% (cinquenta por cento) em espécie.

O presente plano de lei, tem por finalidade regulamentar o supracitado dispositivo constitucional, que permitiu a evolução deste antigo direito, pela forma inovadora e progressista com a qual a Constituição do Paraná institucionalizou a licença especial em nosso Estado.

Pelas razões acima apresentadas, temos a certeza de que a presente iniciativa terá acolhimento pelos nobres Pares com assento nesta Casa de leis.

PROJETO DE LEI N° 503/91
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a implementar mecanismos de concessão de auxílio temporário às empresas do

setor produtivo estabelecidas no território do Paraná, que atravessem período de insuficiência provisória de liquidez decorrente da situação de ajuste da conjuntura econômico-financeira nacional.

Parágrafo Único - A concessão se subordinará à verificação do enquadramento da organização solicitante a requisitos como tradição da empresa no seu ramo de atividades, idoneidade dos integrantes, localização da sede ou estabelecimento principal no Estado do Paraná e número de empregados entre outros.

Art. 2° - Fica ainda o Poder Executivo autorizado a conceder estímulos, de natureza fiscal ou financeira destinados a consolidar decisões de investimento relativas a empreendimentos econômicos novos para o território do Estado do Paraná.

Art. 3° - Para a regulamentação das medidas autorizadas nos artigos anteriores o Poder Executivo promoverá audiências de consulta aos órgãos de representação das entidades de classe do empresariado e dos trabalhadores; além do parecer dos órgãos próprios da estrutura administrativa estadual encarregados do fomento econômico.

§ 1° - A regulamentação a ser baixada pelo Poder Executivo condicionará a concessão dos benefícios previstos no artigo 1° à prévia apresentação do perfil econômico-financeiro da empresa solicitante, instruído com os demonstrativos técnico-contábeis próprios.

§ 2° - A análise a que se refere o parágrafo anterior será feita por comissão especial designada pelo Chefe do Poder Executivo, sob proposta do Secretário de Estado da área, integrada entre outros membros, obrigatoriamente, por representante de entidade de classe do empresariado e de representante dos trabalhadores da empresa a ser beneficiada que emitirá parecer conclusivo sobre cada pedido de benefício.

Art. 4° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 120 dias.

Sala das Sessões, em 06.11.91.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Diante do quadro generalizado de dificuldades econômicas e sociais, onde mais do que nunca, o país necessita com urgência concentrar seus esforços, visando a qualquer custo o desenvolvimento e o progresso econômico e social para superar esta crise recessiva e de estagnação econômica, mais do que nunca é hora de produzir.

Hoje observamos que o Paraná vem se projetando de forma inigualável no cenário nacional através das tomadas de decisões aqui deflagradas que servem de exemplo no

processo das soluções aos problemas comuns aos demais Estados Federados e que também já são copiados a nível internacional. Desde o período Colonial, nosso amado Paraná despontava como uma ilha de prosperidade que muito prometia. Os pioneiros que desbravaram nossas riquezas naturais não estavam errados e hoje com orgulho sentimos na herança de nossos antepassados, a pujança do povo ordeiro e laborioso que não se dobra aos obstáculos, a saída sempre na frente com as soluções às dificuldades que através dessas respostas, de alguma forma, além de aprimorar as condições de vida de nossa sociedade, para nosso orgulho, as vêm exportadas a outros povos como regras metodológicas, aqui testadas e cientificamente aprovadas.

Em face da situação nacional, o governo do Paraná poderá sair na frente dos demais estados, que a passos gigantescos, propiciará através de mecanismos de concessões, auxílio de natureza fiscal e financeira a implantação de novas e modernas indústrias para o território paranaense ampliando nosso parque industrial. O Governo do Paraná não deve medir esforços, no sentido de atrair para o nosso estado indústrias de pequeno, médio e grande porte para implementar o nosso parque industrial, tornando assim o Paraná um pólo industrial de destaque no cenário nacional.

O auxílio à implantação de organizações econômicas dará ao Paraná, sobretudo um perfil de importância na ordem econômica nacional, pois o Estado do Paraná tem potencial para se tornar um novo pólo industrial e não apenas agrícola, como hoje é conhecido. Além disso, a implantação de novas indústrias irá gerar no Paraná a criação de milhares de novos empregos, atendendo assim a emergência no desenvolvimento não só econômico, mas também social. Também com a implantação de novas indústrias, o Paraná terá condições de captar novos recursos com a geração de impostos e tributos que poderão ser aplicados para a melhoria de condições de vida dos paranaenses de forma geral.

Portanto, a existência de facilidades para a implantação de novas organizações econômicas no Paraná, trará ao Estado grandes possibilidades de investimentos de empresas de grande porte tornando assim, o estado atrativo e vantajoso à instalação de novas empresas nacionais e multinacionais.

PROJETO DE LEI Nº 504/91
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Departamento Intersindical de

Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), com sede e foro na cidade de São Paulo, SP, mas que exerce suas atividades no Estado do Paraná através de seu escritório regional instalado à Rua Carlos de Carvalho, 230, nesta cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.91.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) é uma associação civil, sem fins lucrativos que congrega e é constituída por entidades sindicais de trabalhadores do Brasil, e tem sua personalidade jurídica definida desde o ano de 1955, quando foi fundado por um grupo de entidades que buscava conhecer direta e objetivamente a realidade dos trabalhadores brasileiros.

A sede do DIEESE se localiza em São Paulo, mas mantém escritórios regionais em catorze capitais estaduais, entre as quais Curitiba, onde está instalado à Rua Carlos de Carvalho, 230.

As atividades do DIEESE são conhecidas de toda a sociedade civil, e a seriedade de seu trabalho faz com que seja procurado por universidades, organismos internacionais, como a ONU e OEA e por entidades sindicais de todo o mundo.

Em congressos, simpósios e seminários que discutem a situação do trabalhador a presença do DIEESE é imprescindível.

Um seleto grupo de técnicos presta seus serviços ao DIEESE, agrupando-se em áreas de estudo que abrangem análises setoriais, análises de balanços das empresas, pesquisas sócio-econômicas, estudos salariais, mercado de trabalho, índice de custo de vida, subsídios para as campanhas salariais, documentação de acordos coletivos e greves, estudos sobre automação, cursos e seminários, boletins e publicações.

Vê-se pois que o escritório regional do DIEESE preenche plenamente todos requisitos exigidos pela Lei 6994 de 10.01.78 para que possa ser reconhecido como sendo de utilidade pública:

a) - possui personalidade jurídica há mais de um ano;

b) - está em efetivo exercício e serve desinteressadamente a coletividade, em observância aos fins estatutários;

c) - não remunera a qualquer título os cargos de sua Diretoria e não distribui lucros;

d) - comprovadamente, conforme se vê dos inclusos relatórios, promove a educação através de cursos, e exerce atividades de pesquisas científicas, de caráter ge-

ral.

Por tudo isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, esperamos que o presente projeto de lei seja aprovado pela unanimidade dos ilustres membros desta Casa Legislativa.

Requerimentos:**REQUERIMENTO N° 2954**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário preferência de discussão e votação do Projeto de Resolução n. 19/90.

Sala das Sessões, em 06.11.91.

(a) HEINZ HERWIG

REQUERIMENTO N° 2963

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a preferência de votação ao Projeto de Lei n. 483/91, item 09 da pauta da Ordem do Dia desta sessão plenária.

Sala das Sessões, em 06.11.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2963-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o adiamento de discussão do Projeto de Resolução n. 019/90, pelo prazo de 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 06.11.91.

(a) DOMINGOS CARVALHO

Apoiamento:

Carlos Simões, João Preis, João Arruda, Dirceu Manfrinato, Luiz Carlos Martins, Nilton César, Orlando Pessuti, Edson Silva Lino, Severino Félix, Toti Colaço, Elcio Rusch, Colombino Grassano, Erondy Silvério, Duílio Genari, Basílio Zanusso, Ernani Pudell, Nelson Garcia, Paulo Maia, Antônio Annibelli, Cezar Silvestri, Costenaro Neto, Rossoni, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Ovídio Constantino, Arlindo Troian, Cleiton Kielse e Nelson Justus.

REQUERIMENTO N° 2972

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhes são conferidas REQUEREM, após ouvido o Plenário, com base no disposto no artigo 159 do Regimento Interno, o adiamento por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n. 389/91, que requer a instalação da disciplina de educação de trânsito no currículo das escolas públicas de 1° grau.

Sala das Sessões, em 06.11.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DR. ROSINHA

ERNANI PUDELL

Apoiamento:

Nilton Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1° orador inscrito Senhor Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem nós utilizamos esta tribuna para levantar a nossa preocupação quanto às decisões que estariam para ser tomadas na Granja do Canguiri, o qual lendo hoje na imprensa as informações, ficamos decepcionados mais uma vez quando ontem aqui lamentávamos as perdas que os trabalhadores como um todo, vêm tendo, especialmente os servidores do Estado do Paraná quanto a cesta básica teve um custo neste período deste ano de mais 300% de aumento, enquanto os servidores do Paraná obtiveram além dos minguados abonos e acréscimos, reajustes salariais de apenas 20%. E agora mais uma vez constatamos tristemente a decisão do Governo do Estado de doar como mais uma vez esmola, como abono aos trabalhadores do Estado um salário-mínimo neste final de ano, o que lamentamos e entendemos que se faz mais do que urgente, e temos cobrado nesta Casa, a necessidade de uma política salarial para os servidores do Estado e para que o Governador cumpra aquilo que não vem cumprindo e respeitar o direito à negociação dos servidores do Estado. Lamentamos também que há mais de 30 dias os servidores da Saúde estão em greve no Paraná e não se vê nenhuma forma de entendimento e de interesse do Governador em negociar e conversar com os servidores de Saúde e assim chegar a uma solução para esse sério problema que a população está enfrentando com a greve dos servidores da Saúde. Esperamos que realmente o mais breve possível e cobramos que o Governo do Estado, depois de um ano, lamentamos ainda não ter encontrado tempo para uma proposta salarial e apresentar um programa de discussão com os servidores do Estado e as suas organizações e definir uma política salarial para os servidores do Estado do Paraná.

Queremos ainda aproveitar o tempo que temos para dizer a esta Casa, Senhores Deputados, que o Movimento SOS Vida, conduzido por movimentos de trabalhadores da área urbana e da área rural, que tem como bandeira de reivindicação terra, crédito e moradia, vem se desenvolvendo a partir da-

que a grande concentração realizada na Praça Rui Barbosa.

Na semana passada, nos dias 22 a 26 de outubro, estiveram em Brasília negociando com o Ministro da Agricultura, Antonio Cabrera, com o Ministro da Previdência, Rogério Magri, com o Dr. João Mendonça, Presidente do INCRA, e o Movimento SOS Vida, através de uma comissão, esteve presente levando as suas reivindicações, levando em frente a negociação com as autoridades federais quanto à reivindicação do movimento. Estão hoje dando continuidade a isso, estando uma comissão em Brasília, e lamentamos o Paraná estar com apenas um representante do movimento, além dos outros Estados, pelas dificuldades financeiras dos trabalhadores para se dirigirem a Brasília, mas hoje está se realizando com o Ministro Marcílio Marques Moreira e com o Dr. João Mendonça do INCRA novas audiências para continuidade das negociações.

Isso mostra que os agricultores estão levando a sério os seus problemas, as suas reivindicações, e com muita responsabilidade levando as suas necessidades à frente para ver se são atendidos e assim possam melhorar as suas condições de vida. Como desdobramento dessa luta, estão se organizando para melhor resistir na agricultura, o que não está fácil diante da política agrícola que vem expulsando os pequenos produtores da terra e trazendo assim a concentração de terra e aumentando os problemas sociais nas áreas urbanas.

No Sudoeste, dando continuidade a esta luta, tive a oportunidade de participar nos últimos dias 30 e 31, os quais justifiquei à Presidência a minha ausência nas sessões desses dois dias, quando estive com mais de 150 agricultores, representantes de pequenas associações de toda a região Sudoeste, representando mais de 1000 famílias de pequenos lavradores, organizando um Seminário, cujo tema era o seguinte: ter uma estratégia de organização dos pequenos agricultores na produção e industrialização e comercialização da sua produção.

O pequeno produtor, o pequeno trabalhador da terra foi marginalizado, está marginalizado pelas políticas oficiais diante deste modelo de desenvolvimento agrícola e agrário dominante, que não favorece em nada o pequeno produtor a permanecer na terra; os agricultores estiveram reunidos para debater as suas formas de industrialização e comercialização dos seus produtos, bem como as políticas de saúde, de produção, a questão da marginalização social do pequeno produtor, a concentração de terras acontece cada vez mais e nós tristemente constatamos que no Paraná hoje, 82% dos proprietários de terras do Paraná, são proprietários de áreas de

até 50 hectares e estão em suas mãos, somente 6% das terras produtivas do Estado. É dado alarmante diante do sistema de produção que temos, e o país, importando alimentos. As propostas estruturais do seminário que tive a oportunidade de participar. Para concluir, quero colocar a esta Casa: são três propostas básicas para os pequenos produtores. Sem a reforma agrária, não haverá viabilização da pequena propriedade. Sem uma política agrícola diferenciada para o pequeno produtor, não haverá condições de sobrevivência da pequena propriedade e sem estruturas de cooperação agrícola, que favoreçam a permanência do pequeno produtor na terra e favoreçam a sua comercialização, produção e industrialização do seu produto, estaremos fadados a excluir dessa área, desse contingente de proprietários rurais, os pequenos proprietários.

Portanto, Senhor Presidente, nós gostaríamos que esta Casa tomasse conhecimento dessas lutas e desse também o seu apoio, para que a pequena agricultura possa continuar produzindo alimentos para a mesa do povo brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Paulo Maia com a palavra.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queremos nesta oportunidade, nos congratular com a comunidade de Lidianópolis pelo plebiscito realizado no dia 27 do mês de outubro próximo passado, onde aquela comunidade deu, de fato, uma demonstração da intenção de se emancipar e ter vida própria naquele município. De 2500 inscritos, compareceram 1.866 votantes pelo voto sim, 210 pelo "não", 23 votos em branco, perfazendo um total de 2.133 deixando de comparecer apenas 262 votantes, e com certeza, está a merecer os parabéns o povo do Paraná? Essa manifestação da comunidade de Lidianópolis. Parabéns aos seus organizadores que nessa oportunidade também deve se registrar a iniciativa do nobre Deputado Orlando Pessuti, pela criação do município de Lidianópolis.

Recebemos nesta semana e aqui nesta Casa também foi frisada, a questão das demissões no Banco do Estado do Paraná e esteve presente nesta Casa, o Presidente da Federação dos Bancários do Paraná e recebemos, assim como vários Deputados devem ter recebido, manifestação de diferentes sindicatos, a exemplo dos sindicatos dos empregados dos estabelecimentos bancários de Guarapuava, onde inicialmente, se preocupavam com a ameaça da demissão inicial de 274 bancários, que nós sabemos, que isso trará conseqüências desagradáveis à

sociedade paranaense, e temos certeza que essa não deve ser a política do Banco do Estado do Paraná e como nesta Casa, a Liderança do Governo prometeu obter melhores informações para nos esclarecer, nós temos certeza que esse trabalho deva estar sendo feito.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o funcionalismo público do Paraná, e nesta Casa já se frisou, vive momentos de angústia, momentos de grandes dificuldades e aqui nesta tribuna ontem se dizia, que neste Governo havia se dado um reajuste salarial deste ano de 20%, com o que discordamos, visto que as perdas de 1989 chegavam a mais de 300%, o Governo passado, deu em suaves e módicas prestações, 185%.

E neste Governo, quando nós caminhávamos para mais de 150% de reajuste dos servidores públicos do Estado do Paraná, tivemos uma proposta de reposição de 20%. Continuou-se a pagar abonos. E, neste momento, o Governo do Paraná alardeia pelos quatro cantos como se fosse uma vantagem para os servidores públicos do Paraná, um abono de 42 mil cruzeiros, abono este que não incorpora as vantagens, abono que representa um desrespeito a quem está esperando, ao longo do tempo, uma política salarial definida, em respeito aos direitos dos trabalhadores do serviço público.

Nós vemos que no Estado do Paraná há uma certa contradição quando se afirma que o Estado concederá reajuste aos servidores conforme a disponibilidade de receita. É uma contradição quando o mesmo Estado paga diárias a diversos segmentos de trabalhadores em torno de 48 mil cruzeiros, e nós inclusive não temos informações do montante dessas diárias, do que representam esses 48 mil cruzeiros diários para as diferentes Secretarias do Estado. E o Governo vem contar vantagem de um abono de 42 mil cruzeiros, quando o trabalhador do Estado do Paraná está no aguardo de uma política salarial que defina os destinos e que dê as garantias que merece o trabalhador do Estado do Paraná.

Estamos sabendo de situações de miséria, situação de fome pela qual estão passando as famílias desses servidores. E com certeza, não nos adianta ficar aqui no Paraná dando conselhos do que deve fazer o Governo Federal quando dentro de nossa Casa estamos encontrando dificuldades em negociar uma política salarial aos servidores e negociar uma situação condizente para o nosso Estado.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente,

Senhores Deputados.

Recentemente a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná intermediou uma composição amigável relativa a uma ocupação de terras no Oeste do Paraná, mais especificamente no município de Campo Bonito. A Assembleia não apenas intermediou mas também testemunhou a lavratura deste acordo. Neste acordo ficou estabelecido direitos e obrigações de várias partes envolvidas, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, obrigações e direitos do proprietário da área envolvida e também dos órgãos públicos envolvidos com a questão, notadamente o INCRA e o Governo do Estado através do ITCF.

Pois bem, até o presente momento tanto o proprietário quanto os trabalhadores rurais sem terra têm cumprido com a sua obrigação.

Ficou, todavia, o Governo do Estado do Paraná comprometido, conforme consta no termo de acordo registrado inclusive nos Anais desta Casa, em assumir o compromisso de fornecimento de cestas básicas aos assentados até a próxima safra, de forma que possam sobreviver, fornecimento de lonas para abrigar as famílias que estão na área, ficou com o compromisso de realizar melhoramentos e condições de transporte e acesso à área do assentamento e também o Governo do Estado assumiu aquele compromisso que asseguraria, em caráter prioritário, o acesso dos assentados aos programas governamentais de apoio aos pequenos produtores.

Eu quero, aqui desta tribuna, fazer um alerta, que o Governo do Estado do Paraná não está cumprindo com a sua parte no acordo. Eu sei, inclusive, do empenho de alguns Deputados, em especial do Presidente da Comissão de Terras, que sabe da preocupação, mas o Governo Estadual não tem cumprido o seu acordo.

Eu estive conversando com aqueles assentados e percebi que a persistir esta posição, esta omissão do Governo do Estado do Paraná, este acordo será brevemente rompido. E eu quero aqui alertar que este acordo, que foi um acordo histórico feito a nível do Estado do Paraná e que contribuiu muito para acalmar os ânimos na questão fundiária no nosso Estado, está prestes a ser rompido, inviabilizado, por omissão do Governo do Estado do Paraná, que ficou apenas com uma pequena parcela de responsabilidade, basicamente permitindo o acesso dos trabalhadores aos programas já existentes no Governo do Estado do Paraná, e que nós não sabemos se por incompetência ou por falta de vontade política este acordo não vem sendo respeitado.

Nós corremos o risco, brevemente, aqui no Estado do Paraná, de restabelecer-

mos a situação de conflito que existia, antes, na área da Fazenda Beledere, em Campo Bonito.

Fica aqui a nossa posição, o nosso alerta, com relação a esta irresponsabilidade do Governo do Estado do Paraná. E nós esperamos que o Governo do Estado não seja, efetivamente, responsabilizado por qualquer problema que venha a ocorrer naquela área. E, volto aqui a repetir: o Poder Legislativo do Paraná fez a sua parte, intermediamos o acordo, testemunhamos este acordo. Inclusive, o Governo do Estado fez muito barulho pela mídia, divulgou o acordo, etc. Agora, cumpre ao Governo do Estado do Paraná fazer sua parte, sob pena de nós, aqui no Estado, criarmos uma situação de absoluto descrédito da população, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para com o Governo do Estado. E nós sabemos que as consequências serão imprevisíveis. Nós teremos, rapidamente estabelecido no Estado do Paraná um clima de conflito entre os trabalhadores rurais e entre proprietários rurais. Aliás, em seguida nós iremos, no encaminhamento de um requerimento de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, inclusive noticiar e informar a esta Casa sobre um gravíssimo conflito armado que ocorreu recentemente no Estado do Paraná.

Então, nós entendemos que este acordo tem que ser preservado. Oxalá não venha o Governo do Estado contribuir com esta omissão.

O Sr. Toti Colaço (Aparte) - Acompanhando atentamente o relato que V. Exa. faz, através da tribuna, no que diz respeito a acordo firmado entre a Empresa Beledere e os acampados da Fazenda Santana e Campo Bonito, eu devo dizer e cumprimentar V. Exa. pela preocupação, realmente, que V. Exa. está tendo neste instante, porque nos últimos dias, principalmente, eu tenho sido alvo de muitos telefonemas vindos da região do oeste, procurando sensibilizar e fazer com que se cumpra, principalmente aquilo que compete ao Governo do Estado, através do ITCF.

Devo informar a V. Exa. que ontem mesmo, uma vez mais, mantive contato com o Vitório Sorotiuk, que representa o ITCF no Paraná, e ele, uma vez mais me informava que a licitação, principalmente no que diz respeito à cesta básica deverá ser concluída nesta semana, agora. E eu alertava o Vitório que foi o subscritor, em nome do Governador, sobre a sua preocupação e a nossa preocupação, porque na verdade os acampados se retiraram da área, conforme foi combinado, e até a próxima safra, pelo menos o início de fevereiro ou março, o Estado iria fornecer os suprimentos, mas pela informação que tivemos do ITCF, den-

tro dos próximos dias, possivelmente este problema da cesta básica estará solucionado.

E também devo informar a V. Exa. que com relação às aberturas das estradas, que também foi inserido no documento, ontem à tarde chegou o equipamento do DER, da regional de Cascavel que já está à disposição do Prefeito de Campo Bonito, para efetuar as aberturas das estradas e outros serviços que se fazem necessários, principalmente nas áreas onde as famílias foram assentadas.

E, para finalizar este meu aparte, é bom que se registre que o Governo do Estado do Paraná, eu estou autorizado a falar em nome dele, que ao longo de todo esse tempo ele vem dando, através do ITCF, vindo até o presente momento, uma substancial participação no que diz respeito principalmente à alimentação e as lonas pretas, conforme nós as conhecemos.

Obrigado pelo aparte e eu o cumprimento por deixar aqui a sua preocupação, que também é nossa.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte de

V. Exa. quero aqui registrar o meu testemunho do empenho com que tem tido para fazer com que este acordo realmente prospere, seja mantido, firmado, consolidado. Mas eu apenas lembro de que, por exemplo, a argumentação de que nós precisamos realizar processo licitatório para a aquisição de alimentos, ela não procede, porque o Decreto nº 700 do Governador do Estado do Paraná, permite a aquisição, através de carta-convite, de valores até um milhão de dólares.

O que está nos parecendo realmente é pouco empenho da máquina administrativa do Governo, especialmente da Secretaria dos Transportes, de parte do ITCF. E nós sabemos que a fome não espera, o Deputado sabe e conhece a situação das famílias, o alimento se come hoje, amanhã ele não resolve mais nada. Então é fundamental que o Governo do Estado cumpra a sua parte para que nós possamos consolidar este acordo em que tanto esforço tivemos para fazê-lo e que tanto representa para a paz no campo, no Paraná!

Era isso, obrigado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É importante tecer críticas quando se faz necessário, a preocupação da crônica policial do Estado do Paraná, entre eles o jornal Tribuna do Paraná, desta semana, apresentava, no seu primeiro caderno, na

sua última página, a fronta a violência de quadrilhas organizadas que estavam infernizando o Estado do Paraná no assalto aos nossos turistas.

Vejam bem, Senhores Deputados, turistas saem de São Paulo, do Rio, saem de outras partes da Nação brasileira com destino ao Estado do Paraná, para aqui deixar divisas ao turismo dos brasileiros do Paraná, deixar divisas para Foz do Iguaçu, que hoje representa o cartão de visita do Estado do Paraná por estar Foz do Iguaçu com a sua usina, com as suas cataratas e na divisa com o Paraguai. Mas já estava insuportável o índice de assaltos, o índice de violência que homens, quadrilheiros, praticavam uma série de assaltos, adentravam aos ônibus, metiam a máquina, o revólver, na cara do motorista e também dos senhores passageiros, deixando a maioria dos passageiros sem roupa; enquanto um segurava o cobrador e o motorista, os demais passavam a sacola dentro do ônibus e recolhiam dólares, jóias, cruzeiros, tênis, jaquetas, roupas, e esses turistas não tinham como voltar às suas cidades de origem, estavam a mercê do seu transporte, das empresas transportadoras. E hoje, para felicidade minha, que eu vivo a crônica policial, sou um carrapicho de polícia, ao ver a Folha de Londrina, o Jornal Correio de Notícias e outros jornais de grande invergadura do Estado do Paraná, eu presenciei que o Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, ao lado do Diretor da Polícia Civil, Doutor José Maria Correia, fizeram uma reunião e começaram ontem o combate a esta forma de violência. Então, eu acho que eu deveria vir aqui como Presidente da Comissão de Segurança Pública, como homem de imprensa e como parlamentar, parabenizar a atitude do Secretário de Segurança Pública e do Diretor da Polícia Civil, porque agora colocaram o plano em prática, um plano foi colocado em prática com a ajuda da Polícia Rodoviária Federal, com a ajuda da Polícia Rodoviária Estadual e com a ajuda da Polícia Civil e da Polícia Militar. Oxalá não seja apenas manchetes de jornais, oxalá não seja apenas uma peneira para tampar os olhos das famílias brasileiras do Estado do Paraná, eu espero que esta operação realmente atinja o seu objetivo. E vejo como é importante Srs. Deputados nós aplicarmos não só na Saúde, na Educação, que eu acho de fundamental importância, mas acho também de fundamental importância aplicarmos não recursos na pasta da Secretaria da Comunicação do Estado do Paraná, eu acho importante é tirarmos daquela pasta recursos para aplicarmos na área de Segurança do Estado do Paraná.

Queria dizer aos Srs. Deputados o meu raciocínio. É fácil ser indicado Secretário. É muito fácil. O cidadão assume com uma série de idéias, com uma série de projetos. Lembro-me da época do ex-Secretário Dr. Antonio Lopes de Noronha...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Faz soar os tímpanos).

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Ocupo o horário do PRN.

...que teve o episódio fatídico em relação aos professores do Paraná. Mas as reuniões que eu, o Deputado Costenaro e outros Deputados que já passaram por esta Casa, tínhamos na Secretaria da Justiça, com o Secretário de Segurança Pública, ele tinha uma série de projetos importantes para serem colocados em prática na área de Segurança do Estado do Paraná. Mas naquela época o Secretário me dizia: "Não há recursos nesta Pasta. Não há recursos para serem implantados na área de Segurança".

Estou vendo que a mesma coisa está por repetir no Governo Requião. Gostaria que o Governo do Estado do Paraná aplicasse mais recursos na área de segurança do Paraná. Não basta apenas a viatura. Há necessidade de se pagar melhor o policial. Há necessidade de se pagar melhor o delegado de polícia. Há necessidade de se pagar melhor o detetive. E há necessidade de se construir em todas as cidades do Paraná conjuntos habitacionais para abrigar os policiais que às vezes saem da capital sem condições. Um policial às vezes é indicado para ir a Arapongas. Ele sai daqui Deputado, sem dinheiro, não sabe como vai chegar em Arapongas, não sabe como vai alugar a sua casa, não sabe de que maneira vai arrumar o seu revólver, não sabe de que maneira vai matricular os seus filhos...

Acho importante, não é difícil, de ter pelo menos, como faz e faz muito bem um companheiro nosso de Londrina, ex-Secretário de Governo Dr. Orlando Mayrink Goes, que construiu para seus funcionários um sistema de habitação para terem a casa onde morar. Também não acho difícil o policial chegar em Arapongas e ter ali, pelo menos, dez, cinco casas, à disposição do policial, pagas pelo Governo. Que ele possa chegar, colocar a sua mudança, se apresentar na delegacia com decência e não ter que se arreglar com banqueiro do jogo do bicho para trazer a mudança, para matricular o filho e para comprar a primeira cesta básica de alimentação.

É importante que apliquemos na área de Segurança Pública. É de fundamental importância. E eu espero, volto a repetir, oxalá o plano lançado ontem no Estado do Paraná não seja uma balela, não seja uma

cascata, não seja um engodo, não seja uma enganação. Espero que o plano lançado ontem no Estado do Paraná, para acabar com quadrilhas organizadas de assaltos a ônibus, seja verdade. E, se for verdade, quero parabenizar a Pasta da Segurança do Estado do Paraná.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Estou ouvindo o discurso de Vossa Excelência e com a devida vênia ao Deputado Cartário, me faz lembrar a velha piada portuguesa de que fundou-se na polícia de Portugal a polícia secreta, e todos os seus delegados, seus funcionários usavam distintivo, "Polícia Secreta". Acho que o que Vossa Excelência traz ao conhecimento desta Casa e que os jornais publicaram a respeito da formação de um movimento destinado a acabar com os assaltos dos ônibus na rota do turismo paranaense e faz lembrar essa história, eles estão informando aos marginais, estão comunicando as quadrilhas que a partir de amanhã haverá um sistema maior de repressão aos assaltos dos ônibus. Então deveria a polícia agir com responsabilidade e seriedade porque ele está demonstrando muita infantilidade nisso, ele deveria sob todos os aspectos manter sigilo total sobre as providências que está tomando, sobre a organização que está promovendo no sentido de eliminar de uma vez por todas com esses assaltos que realmente preocupam os que vão até Foz do Iguaçu e que deixam o Paraná numa situação muito vulnerável de crítica por parte outros brasileiros. De modo que a minha preocupação é esta, alertando as quadrilhas essas esperarão mais um tempo e depois voltarão a ter atividade costumeira e com total sucesso como vem obtendo.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Concorde com Vossa Excelência mas eu não sou homem da pasta, a imprensa publicou e naturalmente nós como Deputados, como homens ligados à área de segurança temos uma preocupação pelo índice de assaltos acontecidos na semana passada, foram seis ônibus, e não é brincadeira, eles aterrorizam, barbarizam, fazem o que bem entendem e o que não entendem, se já não bastasse uma jovem de vinte anos que foi estuprada, violentada, e jogada na BR 116 e que está no IML e nós não sabemos quem é essa jovem que foi jogada na BR 116 ontem, nesse final de semana.

Eu sei que a polícia não tem uma bola de cristal para adivinhar o que vai acontecer amanhã, o que vai acontecer daqui a pouco, se um ônibus vai ser assaltado ou não vai ser assaltado. A polícia não tem

uma bola de cristal, mas eu pediria, já que o plano lançado pelo Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, já que o plano foi lançado pelo Diretor da Polícia Civil do Estado do Paraná, eu só peço a Deus que este plano realmente seja colocado em prática e que soluções imediatas venham para contribuir para a solução da violência que está acontecendo no estado nos assaltos aos ônibus de turismo que vêm de São Paulo, do Rio, de Curitiba, de qualquer parte da Nação Brasileira. Espero, mas espero confiante que esta operação surta os seus resultados e que esta quadrilha realmente seja metida na cadeia para pagar pela violência, pelos crimes que eles estão cometendo no Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o PSDB, o PMDB, o PTB, o Independente, o PT, o PL, o PST, o PFL. Todos declinam.

PDT. Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, também em nome da Deputada Emília Belinati, do Deputado Silvestri, do Deputado Corazza e do Deputado Algaci Túlio, esta liderança quer manifestar a sua tristeza, sua perplexidade pelo anúncio do abono salarial de quarenta e dois mil cruzeiros da parte do Senhor Governador do Estado. O Estado vive o pior arrocho salarial de toda sua história, jamais houve arrocho semelhante. No entanto, surpreendentemente nós vemos uma abolição do funcionalismo público Estadual com relação a qualquer reação de greve, de descontentamento. E injustamente nós vemos neste momento a Prefeitura de Curitiba cercada pelos sindicalistas do Sismac e do Sismuc cobrando do Prefeito Jaime Lerner um aumento salarial de 150% quando ele deu 59 reposições salariais ao longo do seu Governo e acabou de dar 25% de reposição e pagou imediatamente já, agora, antecipadamente, pelo menos a metade, o 13º salário e está sendo o único governante de toda essa República infeliz a dar aumentos sistemáticos todos os meses. Parece que o povo gosta de apanhar porque o Prefeito Jaime Lerner, pela sua doçura, pela sua bondade, conhece o gosto amargo da greve, da detração sindical, do desaforo explícito. Já o governo do Estado vive o momento grave da abulia.

Os quarenta e dois mil cruzeiros concedidos como abono nos deixam perplexos porque, de uma certa forma, mostra que o Governador Alvaro Dias, de fato, quebrou o Paraná, quebrou o Paraná a distância da-

quele retrato suíço que ele pintou aqui, quando naquela tribuna pintou o seu relatório de governo como o melhor dos tempos e o melhor dos dias. Dias terríveis foram esses que viveram o Paraná quando o Senhor Governador, hoje Líder da bancada do PST, deixou tão terrível herança, inclusive para o Governador Roberto Requião.

Essa manhã eu estive com o Secretário da Fazenda do Estado discutindo a questão do FDE e se for verdade o que me dizia Sua Excelência entraram este mês nos cofres do Estado 60 bilhões de cruzeiros e saíram dos cofres do Estado cinquenta e nove, vírgula quatro bilhões de cruzeiros. Quer dizer, nós temos um Estado praticamente imobilizado, praticamente manietado. Nós temos que ser realistas. Não adianta também a gente querer exigir contrapartida, mas é preciso que o Estado haja violentamente contra a sonegação, violentamente contra o desperdício, violentamente contra as evasões de receita para que não seja o funcionalismo, ainda com sua autoridade de mulher e de mãe a Deputada Belinati me cobrava isso que eu viesse para a tribuna dizer isso, a pagar com o seu sangue o momento difícil dos piores dias da administração que passou e que nós não queremos que se repitam agora.

A Sra. Emília Belinati - Concede-me um aparte, Deputado?
(Assentimento).

A SRA. EMÍLIA BELINATI - Segundo dados levantados pelas entidades que representam os servidores, a perda acumulada dos servidores públicos estaduais está em torno de 200,67% já descontados os 20% de antecipação salarial dada em setembro. Um outro dado também, que é realmente chocante e que nos deixa entristecidos e que realmente faz com que o funcionário público perca o entusiasmo pelo trabalho, em defender o Estado, em trabalhar, em produzir realmente para o nosso Estado, é de que 60% do funcionalismo recebe um salário mínimo, é um dado assustador; 30% dos funcionários públicos recebe de cem a duzentos mil cruzeiros mensais e apenas 5% fica com salários acima de trezentos mil cruzeiros. São dados que, realmente entristecem a todos nós numa época em que nós vemos o custo de vida sendo a cada dia assustadoramente aumentado, a cesta básica diariamente subindo e os nossos funcionários sem condições de darem o mínimo necessário para sua família.

Nós ouvimos, inclusive, o Governador falando que o Governo realizará um estudo para corrigir as diferenças salariais e que existe uma diferença que chega até quarenta e duas vezes entre o maior e o

menor salário mínimo. Nós esperamos que essa diferença que o Governador pretende corrigir não seja para um patamar mais baixo e sim que ele faça essa correção para cima e não venha prejudicar o funcionário público ainda mais que está vivendo uma situação insustentável.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu quero perguntar à Assembléia e perguntar ao Paraná se os DAS's mais elevados dos nossos gabinetes estão em torno de trezentos e noventa mil cruzeiros - menor que o Executivo, diz o Deputado Annibelli - se um DAS de trezentos e noventa mil cruzeiros tem condição de representar no mercado de trabalho atual do Brasil com alguma dignidade. Se existe alguma condição de uma pessoa investida num cargo de Cr\$ 390 mil cruzeiros cobrar sem possibilidade de corrupção, sem possibilidade de perdição, uma dívida tributária, por exemplo, como uma que mostrou com escândalo o Senhor Secretário da Fazenda hoje do maior grupo empresarial aqui de Curitiba, de Cr\$ 2 bilhões de cruzeiros.

Quem é que ganhando Cr\$ 390 mil vai se colocar diante do devedor de Cr\$ 2 bilhões de cruzeiros e vai escapar ileso de uma proposta de aliciamento ou de conversação ou de protelação.

A máquina do Estado precisa ser eficiente. A eficiência da máquina do Estado passa pela boa arrecadação, pela boa remuneração. A boa remuneração. A boa remuneração só nasce da boa arrecadação, mas também a boa arrecadação, a motivação para a arrecadação só nasce de uma remuneração adequada.

Então, nós estamos num impasse muito difícil e vemos com tristeza algumas tentativas do Governo Estadual, como a do Senhor Cezar Benoliel, outro dia, querendo impedir a instalação de ônibus ligeirinhos para as cidades da região metropolitana de Curitiba, porque dizia que isso era um marketing de vaidade do Prefeito Jaime Lerner, quando é uma coisa boa que pode fazer acontecer alguma coisa neste Governo.

Eu lanço aqui a nova dupla caipira de sucesso no próximo verão "devagar e ligeirinho". Ligeirinho o Governo do Município de Curitiba, devagar o Governo do Paraná para tristeza dos que amam o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PRN
(Declina).
Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Resolução de autoria dos Senhores Deputados, Anibal Khury, João Arruda, Orlando Pessuti e demais Senhores Deputados, devidamente apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n. de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Heinz Herwig, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n. 19/90. **Prejudicado.**

A Mesa alerta que aprovado este requerimento é prejudicado o requerimento do Deputado Domingos Carvalho que requer a retirada da Ordem do Dia.

Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Heinz Herwig, conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação.

18 Deputados aprovam.

5 Deputados rejeitam.

Não há quórum para votação.

O Projeto está em discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, com apoio dos Senhores Deputados Carlos Simões, Dalton Machuca, Ovídio Constantino e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Resolução n. 019/90. **Prejudicado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 077/91, de autoria do Deputado CAITO QUINTANA e OUTROS, cria a Comissão responsável pela política de aplicação dos recursos estabelecidos no artigo 142 da

Constituição Estadual e define a sua alocação e gestão pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F. Com EMENDA DA C.C.J. e C.F.. EMENDAS DE PLENÁRIO com PARECERES FAVORÁVEIS as de n°s 01, 02, 03, 04, 06, 08, 09, 10, 11, 12 e 13 e contrário as EMENDAS de n°s 05, e 07, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado neste turno o Projeto de Lei e por apreciar as emendas das Comissões e de Plenário. **Encerrada a discussão.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 026/91, de autoria do Deputado ALBINO CORAZZA NETO, autoriza a realização de plebiscito no município de Tupassí, para que a população decida sobre a criação do município de Jotaesse, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL favorável da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 019/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Carambei. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 19/20 EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, DE N° 01

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área descrita, para que a população se pronuncie sobre a criação do município de Carambei:

- começa na foz do arroio do Areião, no rio Pitangui, sobe por este até alcançar a sua foz no rio Tibagi, sobe por este até o lagoado da Cotia, pela qual sobe até sua cabeceira, donde segue rumo sudeste pelo divisor das águas do rio Pitangui e Iapô até atingir a Estação Tronco, de onde alcança a cabeceira de um afluente que nasce próximo a referida Estação, daí desce o referido afluente até sua foz no rio Jotuba e por este até sua cabeceira de onde por uma linha seca alcança a nascente do arroio do Areião e por este abaixo até sua foz no rio Pitangui, ponto de partida.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.90.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: João Arruda, Djalma de Almeida César, Ferrari Júnior, Werner Wanderer e Nereu Carlos Massignan.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, DE N° 02

Art. 2º - Fica criado o município de CARAMBEI, desmembrado do município de Castro, com as seguintes divisas:

- Começa na Foz do Arroio do Areião, no rio Pitanguí, sobe por este até alcançar a sua foz no rio Tibagi, sobe por este até o lageado da Cotia, pela qual sobe até a sua cabeceira, donde segue rumo sudeste pelo divisor das águas do rio Pitanguí e Iapó até atingir a Estação Tronco, de onde alcança a cabeceira de um afluente que nasce próximo a referida Estação, daí desce o referido afluente até sua foz no Rio Jotuba e por este até sua cabeceira de onde por uma linha seca alcança a nascente do arroio do Areião e por este abaixo até sua foz no Rio Pitanguí, ponto de partida.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

Apoio: Algaci Túlio, Vera Agibert, Pirajá Ferreira, Basílio Zanusso e 1 ilegível.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/91, de autoria do Deputado VALDIR ROSSONI, cria o Programa de Mutirão Habitacional Rural. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 54, de 16.05.91).

PROJETO DE LEI Nº 186/91
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, através das Secretarias de Política Habitacional, Planejamento e Agricultura, incumbido de apresentar um Programa de Mutirão Habitacional Rural, em apoio aos pequenos e médios produtores rurais do Estado.

§ 1º - Entende-se como beneficiários, para efeitos desta lei, os pequenos e médios produtores rurais que cumpram os seguintes requisitos:

I - Propriedade rural comprovada, nela residindo por no mínimo 5 (cinco) anos consecutivos.

II - Estejam em efetivo exercício de atividade rural com dependência exclusiva no setor agropecuário.

III - Utilização de mão-de-obra essencialmente familiar.

IV - Propriedade rural não superior a 50 (cinquenta) hectares.

Art. 2º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir créditos necessários à elaboração do Programa de Mutirão Habitacional Rural.

Art. 3º - Poderão participar do Programa de Mutirão Habitacional Rural as Co-

operativas de Produção, os Sindicatos Rurais e as Prefeituras Municipais.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05.91.

(a) ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A procura de melhores condições de vida, vem provocando nos últimos tempos, considerável êxodo rural e a diminuição de mão-de-obra, tudo pelo anseio do homem do campo em aproximar-se do conforto das grandes cidades. Com o objetivo de dotar o segmento produtivo rural, de condições melhores de vida, visando a solução da carência habitacional do meio rural (nos termos do artigo 212, inciso IV, da Constituição Estadual), tomamos a presente iniciativa legislativa, apresentando a proposta da criação do Programa de Mutirão Habitacional Rural.

Hoje existem tão somente programas habitacionais direcionados às populações urbanas, constituindo-se em enorme discriminação contra os habitantes do interior, que tanto necessitam condições mínimas de conforto habitacional, que atendam os requisitos básicos de uma moradia que não agrida a dignidade humana.

Ressaltado o caráter meritório da questão, solicitamos o apoio ao presente projeto de lei aos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, enfatizando que a proposta de construção de habitações rurais visa acima de tudo fixar o homem no campo, evitando todos os problemas que advêm com a transferência deste contingente populacional para as grandes cidades.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 186/91

P A R E C E R:

Encontra-se nesta Comissão Técnica, para análise, o Projeto de Lei nº 186/91, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, objetivando a criação do Programa de Mutirão Habitacional Rural.

Em sua justificativa, argumenta o proponente oferecer o plano de lei à análise da Casa "com o objetivo de dotar o segmento produtivo rural, de condições melhores de vida, visando a solução da carência habitacional do meio rural...", e conclui afirmando que "...visa acima de tudo fixar o homem no campo, evitando todos os problemas que advêm com a transferência deste contingente populacional para as grandes cidades."

Sob o aspecto jurídico, a propositura encontra amparo no que dispõe o artigo 23, IX da Constituição da República, combinando com o art. 12, IX da Constituição do Estado, que remete à competência com um da União e dos Estados promover programas de

construção de moradia e a melhoria das condições habitacionais.

Manifestamos, em vista do exposto, nosso parecer favorável ao Projeto de Lei nº 186/91, concluindo pela sua legalidade e dando-o em condições de ser levado à soberana deliberação do Plenário.

Sala das Sessões, em 18.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 186/91

P A R E C E R:

O projeto de lei do Deputado Valdir Rossoni, com fulcro na Carta Magna Estadual, traz sua preocupação no que tange a política habitacional do Estado, objetivando suprir a carência existente no setor de moradias.

O art. 212, IV, da Constituição Estadual, alude sobre a formação de programas populares que visa dar um teto aos sofridos trabalhadores rurais pelo sistema de mutirão.

Nos últimos tempos, em busca de melhores condições de vida, vem se verificando considerável êxodo rural, por conseguinte, e escassez da mão-de-obra no campo.

Os programas habitacionais têm se direcionado "in totum" para o perímetro urbano, ficando, o trabalhador da área rural à margem desse benefício que é requisito básico para a sobrevivência e preservação da dignidade humana.

Tendo como escopo, dotar o segmento produtivo rural de melhores condições de vida, mormente no que diz respeito a moradias rurais, esta COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO destaca o caráter meritório dando PARECER FAVORÁVEL ao projeto de lei em questão.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 07.08.91.

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

EDSON SILVA LINO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 355/91, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, dispõe para que a realização de concurso público, no âmbito de todo território do Estado do Paraná, estabelece a obrigatoriedade na apresentação de histórico escolar correspondente, apenas quando do preenchimento da vaga para qual tenha se dado a aprovação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no DA. 100 de 20.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 355/91

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Senhor Deputado Toti Colaço, tem por finalidade o Poder Executivo a estabelecer a obrigatoriedade da apresentação de histórico escolar, apenas quando do preenchimento da vaga para o qual tenha se dado a ação em concursos públicos realizados no Estado do Paraná.

Procedida à análise constitucional, legal e regimental da proposição em tela, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de merecer a apreciação do duto Plenário.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI Nº 355/91

P A R E C E R:

O plano de lei sub exame, iniciativa do nobre Deputado Toti Colaço, propõe autorizar o Poder Executivo a exigir a apresentação de histórico escolar, nos casos específicos de concurso público, apenas no evento do preenchimento de vagas para o qual tenha se dado a aprovação.

A análise de mérito, a propositura se impõe apta à regular tramitação legislativa, razão que enseja o seu integral acolhimento.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17.10.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

RENATO ADUR

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 373/91, de autoria dos Deputados ERNANI PUDELL e ROSINHA, cria o Fundo Estadual de Moradias Popular e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidades. (Public. no D.A. 103, de 26.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 373/91

P A R E C E R:

De autoria dos nobres Deputados Ernani

Rudell e Dr. Rosinha, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe que cria o Fundo Estadual de Moradia Popular e dá outras providências.

O projeto está elaborado em conformidade com as disposições regimentais desta ilustre Casa de Leis, tendo sido devidamente justificado.

A Constituição do Estado do Paraná prevê a política habitacional do Estado do Paraná em seus artigos 212 e 213. Especificamente o inciso III do art. 212 fala do "atendimento prioritário à família carente".

O presente projeto é reconhecidamente importante para o melhoramento da qualidade de vida da população carente do Estado, a qual encontra-se passando por inúmeras dificuldades para sobreviver.

Tendo em vista o relevante caráter social e por não haver qualquer óbice regimental ou constitucional, opino favoravelmente a tramitação do presente.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 12.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 373/91

P A R E C E R :

Autores: Deputados Ernani Pudell e

Dr. Rosinha:

Súmula: Cria o Fundo Estadual de Moradia Popular e dá outras providências.

O Plano de lei, em espécie, logrou parecer Favorável.

Efetivamente, a Constituição Estadual, no que tange à Política Habitacional comanda atendimento prioritário à família carente.

Num momento de grave crise nacional, desnecessário enfatizar ser o menor aquinhado pela fortuna, aquele que carrega os maiores ônus dos sacrifícios da gente brasileira.

Louvável a iniciativa do ilustre subscritor do presente projeto de lei, indo ao encontro da melhoria da qualidade de vida da população mais necessitada do Estado.

Somos, portanto, pela sua tramitação normal, para apreciação do mérito em Plenário.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 18.09.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 373/91

P A R E C E R :

O presente plano de lei em análise, é de grande relevância social, pois beneficiará a população mais carente do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Finanças já emitiram parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações não há nada que contrarie a tramitação do referido projeto.

Assim, somos pelo curso em plenário do presente plano de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 16.10.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

ELIO RUSCH

Relator

Há requerimento solicitando a anexação ao Projeto de Lei n. 172/91. Depende de número o requerimento. Transfiro para a próxima sessão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 389/91, de autoria do Deputado Heinz Herwig e Outros, requer a instalação da disciplina de educação de trânsito no currículo das escolas públicas de 1º grau do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no DA. n. 108, de 03.09.91.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 389/91

P A R E C E R :

Autor e Outros: Deputado Heinz Herwig.

Súmula: Requer a instalação da disciplina de educação de trânsito no currículo das escolas públicas de 1º grau do Estado do Paraná.

O Plano de lei, em espécie, pretende a instalação da disciplina de educação de trânsito no currículo das escolas públicas de 1º grau do Estado do Paraná.

Sobremaneira louvável a iniciativa de seu subscritor.

Não havendo nenhum óbice, em nenhum de seus aspectos, constitucional, legal ou regimental, opinamos FAVORAVELMENTE por sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ALCEU SWAROWSKI
Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI N° 389/91
P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Heinz Herwig, tem por finalidade a inclusão, da disciplina de educação de trânsito no currículo das escolas de 1° grau da rede pública estadual.

É indiscutível o alcance social da matéria, haja vista o alarmante índice de acidentes de veículos registrados em todo território nacional.

O presente projeto, recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça não havendo, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte nada que impeça a normal tramitação deste, pelos demais órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.09.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

ALBINO CORAZZA

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Dr. Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, com apoio do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei n. 389/91. **Prejudicado.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 422/91, de autoria do Deputado ALBINO CORAZZA e OUTROS, dispõe que os municípios gozarão de redução de vinte por cento das publicações que fizeram no Diário Oficial do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 117, de 18.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
LCM/AL/1848/91

PROJETO DE LEI N° 422/91

Protocolo n° 9158/91

Autor: Deputado Albino Corazza e outros

Súmula: Dispõe que os municípios gozarão de redução de vinte por cento das publicações que fizeram no Diário Oficial do Estado.

P A R E C E R:

Os Deputados do Bloco Parlamentar Municipalista pretendem garantir aos municípios redução de 20% do pagamento das publicações que fizeram no Diário Oficial

do Estado.

Este benefício já existia, anteriormente e se encontra suprimido.

Entendemos oportuno, necessário, meritório, pois reduz os já elevados encargos de nossos municípios.

Opinamos favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 422/91

Protocolo n° 9.158/91

Autor: Deputado Albino Corazza e outros

Súmula: Dispõe sobre redução de 20% para os municípios sobre publicações no Diário Oficial do Estado.

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 422/91, de autoria dos Deputados do Bloco Parlamentar Municipalista, visa conceder redução de 20% às Prefeituras Municipais, quando do pagamento de publicações que fizeram ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado, de matérias do interesse do município publicadas no Diário Oficial do Estado.

Essa concessão já era estabelecida pela Lei Complementar n° 27/86, que foi revogada posteriormente.

Por se tratar de assunto de relevante interesse público, como meio de contribuição do Poder Estadual aos Municípios Paranaenses, esta Comissão entende ser oportuna a aprovação do presente projeto de lei.

O parecer é, portanto, favorável.

Sala das Comissões, em 30.10.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

JOSE ALVES

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 483/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM n° 101/91, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Ponta Grossa, os imóveis e propriedades do Estado conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 139, de 24.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 483/91

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 101/91, o presente projeto de lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Ponta Grossa, os imóveis de propriedade do Estado, situados a

Praça Roosevelt, nº 17, na sede do referido Município, com as benfeitorias nele existentes, conforme específica.

Analisando a matéria sob o aspecto legal e constitucional, nada existe que obste a tramitação do presente.

Por estas razões, opinamos pela tramitação do projeto e conseqüente Aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 483/91. - **Prejudicado.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 060/91, de autoria do Deputado João Arruda, autoriza a realização de plebiscito, para que a população decida sobre a criação do município de Saudade do Iguçu, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 129 de 08.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 060/91

P A R E C E R:

Autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Saudade do Iguçu.

Sob nossa análise, no âmbito desta Comissão Técnica, o Projeto de Resolução nº 060/91, de autoria do Deputado João Arruda, que dispõe de autorização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do município de Saudade do Iguçu, desmembrado do município de Chopinzinho.

Preliminarmente requeremos que, em forma de diligência, fosse solicitado do autor a anexação ao processo de Certidão comprobatória da população e do número de casas existentes no centro urbano da área que pretende-se emancipar, a fim de observarmos o disposto na Lei Complementar nº 56, que regulamenta a matéria.

Por meio do ofício nº I SEC/442/91, de 28 de outubro de 1991, o Senhor Deputado João Arruda informa que, face à realização do recenseamento geral no País, o IBGE vem apresentando como prova de população dados extraídos dos Dados Gerais do Censo Demográfico - Fonte Arquivo dos Setores Censitários, procedimento que, segundo informa, vem sendo aceito como válido e eficaz pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Neste sentido, e verificando-se o apensamento da representação subscrita por mais de 100 eleitores bem como certidão do

TRE atestando a existência de 2.257 eleitores na área, concluímos pela juridicidade do Projeto de Resolução nº 060/91, encontrando a iniciativa, também, amparo legal no que dispõe o Artigo 18, § 4º da Constituição da República e a Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991.

Manifestamos, em vista do exposto, nosso parecer, favorável à normal tramitação do Projeto de Resolução nº 060/91, encontrando-se o mesmo em condições de ser levado à deliberação do Plenário.

Sala das Comissões, em .11.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

OVIDIO CONSTANTINO - Relator

A Ordem do Dia para a sessão de amanhã será a mesma. Projetos em fase de votação, exceto o que há requerimento de anexação que será apreciado na sessão de amanhã o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 07, à hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 026/91.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 019/90.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 077/91.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 186, 355, 389, 422, 483, e do Projeto de Resolução nº 060/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/91.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

12ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa
Ata da 13ª Sessão Extraordinária

Aos onze dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Durval Amaral, Mário Bezerra, Nelson Justus, Alceu Swarowski, Ovidio Constantino, Emília

Belinati, Antônio Costenaro Neto, e mais o Senhor Deputado Florisvaldo Fier, para a ouvida do Senhor Liquidante do BADEP, Doutor Macir Hércules de Souza, convocado por esta Comissão, atendendo ao requerimento do Deputado Ovídio Constantino, com a finalidade de expor o andamento do processo de liquidação do BADEP, as fases já superadas, suas perspectivas e a situação a qual esta instituição financeira se encontra, além de sua perspectiva de prazo para o fim dos trabalhos de liquidação. O Senhor Presidente deu início aos trabalhos que transcorreram conforme NOTAS TAQUIGRÁFICAS em anexo. Ao encerrar a Sessão Extraordinária, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Doutor Macir Hércules de Souza, e dos Senhores Deputados, convocando nova reunião para amanhã, dia doze de setembro, às 13:30 horas, na Sala de Reuniões das Comissões. Lavre-se a presente Ata.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
JOSE RENATO DUARTE
Secretário

12ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa
Ata da 14ª Sessão Extraordinária

Aos doze dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Emília Belinati, Rafael Greca de Macedo, Alceu Swarowski, Valdir Rossoni, Nelson Justus, Eurides Moura, Ovídio Constantino, Antônio Costenaro Neto. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, colocando a ata do dia três de setembro em discussão e votação - Aprovada. Passa-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 99/91 de autoria do Deputado Elío Rusch e outros. Parecer Favorável do Deputado José Afonso Júnior - Aprovado. 2) Projeto de Lei nº 124/91 de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer Favorável às Emendas - Aprovado. 3) Projeto de Lei nº 161/91 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães e outros. Aprovado o Parecer e a Emenda Modificativa. 4) Projeto de Lei nº 264/91 de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer Favorável do Deputado Plauto Miró Guimarães - Aprovado. 5) Projeto de Lei nº 315/91 de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa. Parecer Favorável do Deputado Mário Bezerra - Aprovado. 6) Projeto de Lei nº 326/91 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer Favorável do Deputado Alceu Swarowski - Aprovado. 7) Projeto de Lei nº 345/91 de autoria do Deputado Geraldo Car-

tário. Aprovado o parecer e a Emenda Supressiva do Deputado Ovídio Constantino. 8) Projeto de Lei nº 373/91 de autoria do Deputado Ernani Pudell e Deputado Rosinha. Parecer Favorável do Deputado Plauto Miró Guimarães - Aprovado. 9) Projeto de Lei nº 378/91 de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano. Parecer Favorável da Deputada Emília Belinati - Aprovado. 10) Projeto de Lei nº 383/91 de autoria da Deputada Emília Belinati. Parecer Favorável do Deputado Mário Bezerra - Aprovado. 11) Projeto de Lei nº 384/91 de autoria do Deputado Colombino Grassano. Parecer Favorável do Deputado Mário Bezerra - Aprovado. 12) Projeto de Lei nº 385/91 de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer Favorável do Deputado Luiz Carlos Martins - Aprovado. No item 2, Projeto de Lei nº 124/91, Luiz Carlos Martins é o relator e no item 3, Projeto de Lei 161/91 Rafael Greca de Macedo é o Deputado Relator. Nada mais havendo a tratar, o Deputado Presidente deu por encerrada a sessão marcando outra para terça-feira próxima. Lavre-se a presente ata.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
JOSE RENATO DUARTE
Secretário

12ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa
Ata da 23ª Sessão Ordinária

Aos dezessete dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: José Tavares, Mário Bezerra, Valdir Rossoni, Alceu Swarowski, Emília Belinati, Rafael Greca de Macedo, Luiz Carlos Martins, Antônio Costenaro Neto, Nelson Justus e Durval Amaral. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, passando à Ordem do Dia. 1) Projeto de Lei nº 17/91 de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Parecer Favorável do Deputado Durval Amaral - Aprovado. 2) Projeto de Lei nº 68/91 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. O Deputado Relator, Mário Bezerra requer que o mesmo permaneça na Comissão de Constituição e Justiça até que complete o prazo de um ano - Deferido. 3) Projeto de Lei nº 371/91 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Tendo em vista a rejeição do parecer do relator, foi designado novo relator, Deputado Rafael Greca de Macedo para proferir o parecer 4) Projeto de Lei nº 381/91 de autoria do Deputado Albino Corazza e outros. Parecer Favorável do Deputado Durval Amaral - Aprovado. 5) Projeto

de Lei 389/91 de autoria do Deputado Heinz Herwig e outros. Parecer Favorável do Deputado Alceu Swarowski - Aprovado. 6) Projeto de Lei nº 390/91 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer Favorável da Deputada Emília Belinati - Aprovado. 7) Projeto de Lei nº 395/91 de autoria do Deputado José Afonso Júnior. O Deputado Luiz Carlos Martins requer diligência junto a Secretaria da Cultura, para que a mesma encaminhe à Curadoria do Patrimônio Histórico do Estado - Deferido. 8) Projeto de Resolução nº 37/91 de autoria do Deputado Albino Corazza Neto. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - Aprovado. 9) Projeto de Resolução nº 53/91 de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer favorável do Deputado Alceu Swarowski - Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Deputado Presidente deu por encerrada a sessão alertando aos Senhores Deputados sobre a chegada de mensagem governamental, a qual será motivo de uma convocação para uma reunião extraordinária por parte desta Comissão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
JOSE RENATO DUARTE
Relator

12ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa
Ata da 15ª Sessão Extraordinária

Aos dezoito dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Durval Amaral, José Tavares, Mário Bezerra, Emília Belinati, Nelson Justus, Alceu Swarowski, Plauto Miró Guimarães. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a sessão colocando a ata do dia dezessete em discussão e votação - Aprovada. Passou-se a apreciar as mensagens governamentais, motivo desta reunião. 1) Projeto de Lei nº 410/91 oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Mário Bezerra - Aprovado. 2) Projeto de Lei nº 411/91 oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - Aprovado. O Deputado Mário Bezerra pede que se apense o seu voto separado. 3) Projeto de Lei nº 371/91 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer Contrário do Deputado Rafael Greca de Macedo - Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, determinando que se lavrasse a presente ata.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
JOSE RENATO DUARTE
Secretário

12ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa
Ata da 16ª Sessão Extraordinária

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Antônio Costenaro Neto, Alceu Swarowski, Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães, Nelson Justus, Luiz Carlos Martins, Geraldo Cartário e também a presença do Deputado Domingos de Carvalho. Passa-se à Ordem do Dia. 1) Projeto de Lei nº 173/91 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Aprovado o parecer com substitutivo geral do Deputado Relator, Alceu Swarowski. 2) Projeto de Resolução nº 55/91, de autoria do Deputado Heinz Herwig. Concedido vistas ao Deputado Luiz Carlos Martins. Nada mais havendo a tratar, deu, o Senhor Presidente por encerrada a sessão e que se lavrasse a presente ata.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
JOSE RENATO DUARTE
Secretário

12ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa
Ata da 17ª Sessão Extraordinária

Aos trinta dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Antônio Costenaro Neto, Plauto Miró Guimarães, Ovídio Constantino, Nelson Justus; os suplentes Lourenço Fregonese, Heinz Herwig e Geraldo Cartário, substituindo os Deputados Valdir Rossoni, Alceu Swarowski e Emília Belinati. Colocada a ata da sessão anterior em discussão e votação - Aprovada. Passou-se à Ordem do Dia. 1) Projeto de Resolução nº 55/91 de autoria do Deputado Heinz Herwig. Parecer Favorável do Deputado Nelson Justus - Aprovado. Nada mais havendo a tratar, deu, o Senhor Presidente por encerrada a presente sessão e que se lavrasse esta ata.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
JOSE RENATO DUARTE
Secretário

12ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa
TERMO DE ATA

Ao primeiro dia do mês de outubro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se a Comissão Permanente de Constituição

e Justiça, com a presença dos seguintes Deputados: Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Alceu Swarowski, José Tavares e Valdir Rossoni, para realizar a 25ª Sessão Ordinária desta Comissão. Não havendo número legal, a Senhora Presidenta Deputada Emília Belinati, declarou transferida a reunião para data a ser designada. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Senhor Presidente e pelo Secretário desta Comissão.

(aa) EMILIA BELINATI

Presidente

JOSE RENATO DUARTE

Secretário

12ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa
Ata da 25ª Sessão Ordinária

Aos oito dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni, José Tavares, Nelson Justus, Durval Amaral, Alceu Swarowski, Luiz Carlos Martins, Ovídio Constantino, Mário Bezerra, Emília Belinati e Rafael Greca. Colocada a ata em discussão e votação. Aprovada. Passou-se à Ordem do Dia. 1) Projeto de Lei n. 453/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Plauto Miró Guimarães - Aprovado. 2) Projeto de Lei n. 439/91 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer Favorável do Deputado Plauto Miró Guimarães - Aprovado. 3) Projeto de Lei n. 437/91 oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Plauto Miró Guimarães - Aprovado. 4) Projeto de Lei n. 398/91 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer Favorável do Deputado Valdir Rossoni - Aprovado. 5) Projeto de Lei n. 427/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer Favorável do Deputado Valdir Rossoni - Aprovado. 6) Projeto de Lei n. 421/91 de autoria do Deputado Albino Corazza e outros. Parecer Favorável do Deputado Valdir Rossoni - Aprovado. 7) Proposição Veto n. 54/91, oriundo do Poder Executivo, que veta o projeto de Lei n. 116/91, de autoria do Deputado João Preis. Parecer Favorável do Deputado Valdir Rossoni - Aprovado. 8) Projeto de Lei n. 428/91, de autoria do Deputado Colombino Grassano. Parecer Favorável do Deputado Valdir Rossoni - Aprovado. 9) Projeto de Lei n. 355/91, de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer Favorável do Deputado Valdir Rossoni - Aprovado. 10) Proposição Veto n. 58/91, oriundo

do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei 196/91, de autoria do Deputado Plauto Guimarães. Parecer Favorável do Deputado Valdir Rossoni - Aprovado. 11) Projeto de Lei n. 12/91, de autoria do Deputado Erondy Silvério. O Deputado Relator, José Tavares requer diligência junto ao autor - Deferido. 12) Projeto de Lei n. 451/91 oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - Aprovado. 13) Proposição Veto 60/91, oriundo do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei n. 154/91, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - Aprovado. 14) Projeto de Lei n. 405/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer Favorável do Deputado Nelson Justus - Aprovado. 15) Projeto de Lei n. 406/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer Favorável do Deputado Nelson Justus. Aprovado. 16) Projeto de Lei n. 414/91, de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer Favorável do Deputado Nelson Justus - Aprovado. 17) Projeto de Resolução n. 58/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer do Deputado Nelson Justus no sentido de que se sente impedido de analisar. Deferido pedido de impedimento e designado novo relator, Deputado Ovídio Constantino. 18) Decreto Legislativo n. 08/91, de autoria da Comissão Executiva. Parecer Favorável do Deputado Durval Amaral - Aprovado. 19) Projeto de Lei n. 454/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Durval Amaral - Aprovado. 20) Projeto de Lei n. 394/91, de autoria do Deputado José Tavares. Parecer Contrário do Deputado Durval Amaral - Aprovado. 21) Projeto de Lei n. 424/91, de autoria do Deputado Domingos de Carvalho e outros. Concedido vistas ao Deputado José Tavares. 22) Projeto de Lei n. 430/91 de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado - Aprovado. 23) Projeto de Lei n. 387/91, de autoria do Deputado Duílio Genari. O Deputado relator, Deputado Alceu Swarowski, requer diligência junto ao autor - Deferido. 24) Projeto de Lei n. 443/91 de autoria do Deputado Albino Corazza Neto. Parecer Favorável do Deputado Alceu Swarowski - Aprovado. 25) Projeto de Resolução n. 27/91 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável do Deputado Alceu Swarowski - Aprovado. 26) Projeto de Lei n. 444/91, de autoria do Deputado João Preis. Parecer Favorável do Deputado Luiz Carlos Martins - Aprovado. 27) Projeto de Lei n. 431/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. O Deputado Relator, Mário Bezerra, requer diligência - Deferido. 28) Projeto de Lei n. 412/91, de autoria do Deputado Toti Colaço. O Deputado Relator requer diligência - Deferido. 29) Projeto de Lei n. 351/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Pare-

cer Favorável - Aprovado. 30) Projeto de Lei n. 442/91 de autoria do Deputado João Preis. Parecer Favorável do Deputado Mário Bezerra - Aprovado. 31) Projeto de Lei n. 448/91, oriundo do Poder Executivo. Designado novo relator, Deputado Alceu Swarowski. 32) Projeto de Lei n. 455/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Ovídio Constantino - Aprovado. 33) Proposição Veto n. 57/91, oriundo do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei n. 171/91, de autoria do Deputado Domingos Carvalho. Parecer Favorável do Deputado Ovídio Constantino - Aprovado. 34) Projeto de Lei n. 386/91 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Aprovado o Parecer com Substitutivo do Deputado Ovídio Constantino. 35) Projeto de Lei n. 208/91, de autoria do Deputado Domingos Carvalho. Aprovado o Parecer com Substitutivo geral do Deputado Ovídio Constantino. 36) Projeto de Lei n. 413/91, de autoria do Deputado José Alves. A Deputada Relatora, Emília Belinati, requer diligência - Deferido. 37) Projeto de Lei n. 447/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável da Deputada Emília Belinati - Aprovado. 38) Projeto de Lei n. 456/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável da Deputada Emília Belinati - Aprovado. 39) Projeto de Lei n. 121/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer Favorável do Deputado Rafael Greca - Aprovado. 40) Projeto de Lei n. 282/91 dos Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Dr. Rosinha. Parecer Favorável do Deputado Rafael Greca de Macedo - Aprovado. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente reunião, determinando o Senhor Presidente que se lavrasse a presente ata.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE RENATO DUARTE

Secretário

12ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ata da 26ª Sessão Ordinária

Aos quinze dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Emília Belinati, Ovídio Constantino, Mário Bezerra, Rafael Greca de Macedo, Nelson Justus, Durval Amaral, Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães, Alceu Swarowski. Colocada a ata em discussão e votação - Aprovada. Não havendo expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n. 448/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Alceu Swarowski - Aprovado. 2) Pro-

jecto de Lei n. 387/91 de autoria do Deputado Duílio Genari. Aprovado o Parecer com Substitutivo Geral do Deputado Alceu Swarowski. 3) Projeto de Lei n. 438/91 de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Parecer Favorável do Deputado Plauto Guimarães - Aprovado. 4) Projeto de Resolução n. 59/91 de autoria do Deputado Toti Colaço. Vistas ao Deputado Nelson Justus - Concedido. 5) Projeto de Lei n. 400/91 de autoria do Deputado Paulo Maia. Parecer Favorável do Deputado Nelson Justus - Aprovado. 6) Projeto de Lei n. 452/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Nelson Justus - Aprovado. 7) Projeto de Lei n. 368/91, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo. Parecer Favorável do Deputado Nelson Justus - Aprovado. 8) Projeto de Lei n. 457/91, de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer Favorável do Deputado Mário Bezerra - Aprovado. 9) Projeto de Lei n. 349/91 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer Favorável do Deputado Durval Amaral - Aprovado. 10) Projeto de Lei n. 346/91 de autoria do Deputado Renato Adur. Parecer Favorável do Deputado Durval Amaral - Aprovado. 11) Projeto de Lei n. 450/91 oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Durval Amaral - Aprovado. 12) Projeto de Lei n. 446/91 de autoria do Deputado José Tavares. Concedido vistas ao Deputado Ovídio Constantino. 13) Projeto de Lei n. 422/91 do Deputado Albino Corazza e outros. Parecer Favorável do Deputado Luiz Carlos Martins - Aprovado. 14) Projeto de Lei n. 312/91 de autoria dos Deputados Algaci Túlio e Emília Belinati. Concedido vistas ao Deputado Mário Bezerra. 15) Projeto de Lei n. 175/91 de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer Contrário do Deputado Rafael Greca de Macedo - Aprovado. 16) Pedido de autorização para que se processasse o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, protocolado sob n. 9861/91. Parecer Contrário do Deputado Rafael Greca de Macedo - Aprovado e que se transforme em Decreto Legislativo. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente reunião, determinando-se que se lavrasse a presente ata.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

Jose Renato Duarte - Secretário.

12ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ata da 27ª Sessão Ordinária

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados:

tados: Emília Belinati, José Tavares, Mário Bezerra, Alceu Swarowski, Ovídio Constantino, Durval Amaral, Valdir Rossoni, Luiz Carlos Martins, Antônio Costenaro Neto e José Afonso Júnior. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a sessão colocando a ata da sessão anterior em discussão e votação - Aprovada. Passa-se à Ordem do Dia. 1) Projeto de Lei nº 466/91 de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Parecer Favorável do Deputado Mário Bezerra - Aprovado. 2) Projeto de Lei nº 459/91 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva e outros. Parecer Favorável do Deputado Mário Bezerra - Aprovado. 3) Projeto de Lei nº 463/91, de autoria do Deputado Cezar Silvestri. O Deputado Relator, Mário Bezerra requer diligência junto ao autor - Deferido. 4) Projeto de Lei nº 176/91, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. O Deputado Relator, Alceu Swarowski requer diligência - Deferido. 5) Proposição nº 61/91 oriundo do Poder Executivo Mensagem nº 266/91. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - Aprovado. 6) Protocolo nº 9862/91 oriundo do Tribunal de Justiça - Ofício nº 262/91. Parecer Contrário do Deputado José Tavares - Aprovado. 7) Projeto de Lei nº 424/91, de autoria do Deputado Domingos Carvalho e outros. Parecer com Emenda Substitutiva do Deputado José Tavares - Aprovada. 8) Proposição Veto nº 62/91, oriundo do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 187/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - Aprovado. 9) Projeto de Lei nº 379/91 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - Aprovado. 10) Projeto de Lei nº 435/91 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer Contrário do Deputado Durval Amaral - Aprovado. 11) Projeto de Lei nº 467/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Durval Amaral - Aprovado. 12) Projeto de Lei nº 462/91, de autoria do Deputado Toti Colação. O Deputado Relator requer diligência - Deferido. 13) Projeto de Lei nº 449/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Durval Amaral - Aprovado. 14) Projeto de Lei nº 475/91, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer Favorável do Deputado Luiz Carlos Martins - Aprovado. 15) Projeto de Lei nº 464/91, de autoria do Deputado José Tavares. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - Aprovado. 16) Projeto de Lei nº 426/91 de autoria da Deputada Emília Belinati. Parecer Favorável do Deputado Antônio Costenaro Neto - Aprovado. 17) Projeto de Lei nº 420/91 de autoria do Deputado Edson Silva Lino. Parecer Favorável do Deputado Antônio Costenaro Neto - Aprovado. 18) Projeto de Resolução nº 35/91 de autoria do Depu-

tado Orlando Pessuti. Vistas ao Deputado Ovídio Constantino - Concedido. 19) Projeto de Lei nº 445/91 de autoria do Deputado Renato Adur. Parecer Favorável do Deputado Ovídio Constantino - Aprovado. 20) Projeto de Resolução nº 58/91 de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. O Deputado Relator, Ovídio Constantino, requer diligência - Deferido. 21) Projeto de Resolução nº 60/91, de autoria do Deputado João Arruda. O Deputado Relator requer diligência - Deferido. 22) Projeto de Lei nº 478/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável da Deputada Emília Belinati - Aprovado. Encerrada à Ordem do Dia, o Senhor Presidente expôs questões que vêm preocupando-o, como a necessidade de se ordenar os trabalhos desta Comissão através da organização do Regimento Interno da Comissão de Constituição e Justiça e quanto as matérias em Regime de Urgência, onde os Deputados desta Comissão muitas vezes são solicitados para dar um parecer apressado ou convocados para uma Reunião Extraordinária, pois não se quer que matérias vão a Plenário sem parecer por parte da Comissão mais importante desta Casa. O Senhor Presidente está apresentando dados aos Senhores Deputados para que possam estudar e analisar melhor, a fim de que ofereçam mais subsídios para que a matéria possa sair o mais perfeita possível. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
José Renato Duarte - Secretário.

12ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa
Ata da 24ª Sessão Ordinária

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Durval Amaral, Nelson Justus, José Tavares, Alceu Swarowski, Luiz Carlos Martins, Florisvaldo Fier, Emília Belinati, Antônio Costenaro Neto, Plauto Miró Guimarães. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, onde foi aprovada a ata da sessão anterior. Passou-se, o Senhor Presidente, a ler o expediente, constante de dois ofícios do Deputado Luiz Carlos Martins (LCM/AL/1771/91 e LCM/AL/1770/91), onde solicita que se retifique na ata do dia dezessete deste mês, no item 7, Projeto de Lei nº 395/91 do Deputado José Afonso Júnior, que quem propôs que o mesmo fosse encaminhado à Secretaria de Cultura, para diligências, foi o Deputado Rafael Greca de Macedo, que solicitou vistas do Proje-

to. Registrou também, na mesma ata, no item 2, Projeto de Lei nº 68/91 de sua autoria, tendo como relator o Deputado Mário Bezerra, aprovado, que o pronunciamento do Deputado Rafael Greca de Macedo não foi mencionado, quando sobre esta Entidade manifestou seu descontentamento e inclusive, propôs que fosse declarada de Inutilidade Pública, por sua vinculação às invasões de áreas de Curitiba. Também disse que a entidade era comandada pelo Senhor Graminho. Passa-se, então à Ordem do Dia. 1) Projeto de Lei nº 335/91 de autoria do Deputado José Tavares. Parecer Favorável do Deputado Durval Amaral - Aprovado. 2) Projeto de Lei nº 391/91 de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa. Parecer Favorável do Deputado Durval Amaral - Aprovado. 3) Projeto de Lei nº 392/91 de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Parecer Favorável do Deputado Durval Amaral - Aprovado. 4) Projeto de Resolução nº 53/91 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer Favorável do Deputado Durval Amaral - Aprovado. 5) Proposição Veto nº 59/91 oriundo do Poder Executivo, que veta o Projeto nº 108/91 de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Parecer Favorável do Deputado Durval Amaral - Aprovado. 6) Proposição Veto nº 53/91 do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 250/91 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer Favorável do Deputado Durval Amaral - Aprovado. 7) Projeto de Lei nº 418/91, oriundo da Procuradoria Geral da Justiça. Parecer Favorável do Deputado Durval Amaral - Aprovado. 8) O Deputado Nelson Justus relatou o pedido de autorização para processo judicial contra o Deputado José Arthur Ritti - contrário a concessão. O Deputado Doutor Rosinha pediu a palavra para externar o seu voto favorável à concessão, nos termos das diretrizes de seu Partido, no sentido de que o Deputado abra mão de sua imunidade para responder o processo perante a Justiça. Colocado em votação, foi aprovado o parecer do Relator, com voto contrário do Deputado Dr. Rosinha. 9) Projeto de Lei nº 309/91 de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer Favorável do Deputado Nelson Justus. Aprovado com substitutivo geral e projeto de resolução. 10) Projeto de Lei nº 419/91 do Tribunal de Justiça. Parecer Favorável do Deputado Nelson Justus - Aprovado. 11) Projeto de Lei nº 404/91, de autoria do Deputado Eurides Moura. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - Aprovado. 12) Projeto de Lei nº 367/91 de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - Aprovado. 13) Projeto e Lei nº 382/91 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. O Deputado Relator, José Tavares, requer diligência junto a Secretaria de Educação - Deferido. O Deputado Luiz Carlos Martins tendo em

vista o pronunciamento do Deputado Rafael Greca de Macedo na sessão do dia 17 deste mês, o qual foi retificado nesta ata, solicitou que fosse anexado o seu pronunciamento também nesta Ata, para que fosse resgatada a verdade - Aprovado o pedido (Projeto de Lei nº 68/91). Os Deputados Dr. Rosinha, José Tavares, Durval Amaral registram sua solidariedade. 14) Projeto de Resolução nº 54/91 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - Aprovado. 15) Projeto e Resolução nº 45/91 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável do Deputado José Tavares - Aprovado. 16) Projeto de Lei nº 401/91 de autoria do Deputado Eurides Moura. O Deputado Relator requer diligência - Deferido. 17) Proposição Veto nº 55/91 oriundo do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 129/91 de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Parecer Favorável do Deputado Alceu Swarowski - Aprovado. 18) Projeto de Lei nº 409/91 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável do Deputado Alceu Swarowski - Aprovado. 19) Projeto de Lei nº 423/91 de autoria do Deputado Albino Corazza e outros. Parecer Favorável do Deputado Alceu Swarowski - Aprovado. 20) Projeto de Lei nº 217/91, de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Aprovada a Emenda Modificativa junto ao Parecer do Deputado Ovídio Constantino. 21) Projeto de Lei nº 387/91 de autoria do Deputado Duílio Genari. Vistas do Deputado Alceu Swarowski. 22) Projeto de Lei nº 399/91 de autoria do Deputado Paulo Maia. Parecer Favorável do Deputado Ovídio Constantino - Aprovado. Os Deputados José Tavares, Luiz Carlos Martins, Alceu Swarowski e Antônio Costenaro Neto manifestam melhor análise em Plenário. 23) Proposição Veto nº 56/91, oriundo do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 128/91 de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Parecer Favorável do Deputado Alceu Swarowski - Aprovado. 24) Projeto de Resolução nº 51/91 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável do Deputado Antônio Costenaro Neto - Aprovado. 25) Projeto de Lei nº 417/91 oriundo do Tribunal de Contas. Parecer Favorável do Deputado Plauto Guimarães - Aprovado. 26) Projeto de Lei nº 396/91 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer Favorável do Deputado Plauto Mirô Guimarães - Aprovado. 27) Projeto de Lei nº 403/91 de autoria do Deputado José Tavares. Parecer Favorável do Deputado Plauto Mirô Guimarães - Aprovado. 28) Projeto de Lei nº 352/91 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer Favorável do Deputado José Afonso Júnior - Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, determinando que se lavrasse a presente ata.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
José Renato Duarte - Relator.

12ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Mário Bezerra, Valdir Rossoni, Antônio Costenaro Neto, Emília Belinati, Alceu Swarowski, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Martins, José Afonso Júnior, Ovídio Constantino, e Rafael Greca de Macedo. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, colocando a ata da sessão anterior em discussão e votação - Aprovada. Passou-se ao expediente, onde foi concedida a palavra ao Senhor Deputado José Afonso Júnior, que encaminhou requerimento com o seguinte teor: solicita rigorosas investigações com relação ao Projeto de Lei sem número e sem data, pois de conformidade com a Coordenadoria de Apoio às Comissões, o referido Projeto não entrou em tramitação para votação, considerado assim, inexistente. O Deputado José Afonso Júnior acredita que a sua assinatura tenha sido falsificada ou talvez quem sabe, deva ser uma tremenda montagem feita por pessoas mal intencionadas; também contatou com o Setor Grafológico da Polícia Civil para averiguações, uma vez que o Projeto já mencionado, foi alvo de reunião na Câmara Municipal de Santo Antônio da Platina, rebaixando assim, o então distrito de Monte Real para a condição de Bairro, causando prejuízos ao referido Distrito, bem como revolta popular contra este Parlamento que o representa, consequentemente, contra esta Assembleia Legislativa e a esta Comissão de Constituição e Justiça. Está fazendo anexar à presente ata toda a documentação, para provar e comprovar a inexistência do Projeto supra mencionado, bem como que sejam tomadas as medidas urgentes por esta Comissão, para que tal ocorrência seja esclarecida. Outro requerimento, da Deputada Emília Belinati, que o faz para que esta Comissão solicite às Instituições de Pesquisas do Estado - IAPAR, IPARDES, UNIVERSIDADES e TECPAR, estudos técnicos aprofundados sobre o impacto que o MERCOSUL trará nas diversas áreas da vida e da economia paranaense, uma vez que suas implicações para o Paraná ainda são desconhecidas. Acredita ser importante que a Assembleia Legislativa do Paraná assumira sua responsabilidade neste debate e procure se informar sobre o significado do

MERCOSUL para o Estado. Passou-se então à Ordem do Dia. 1) Projeto de Lei nº 473/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer Favorável do Deputado Valdir Rossoni - Aprovado. 2) Projeto de Lei nº 432/91 de autoria do Deputado Renato Adur. O Deputado Relator, Valdir Rossoni, requer diligência - Deferido. 3) Projeto de Lei nº 458/91 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer Favorável do Deputado Valdir Rossoni - Aprovado. 4) Projeto de Lei nº 436/91 de autoria do Deputado João Preis. Parecer do Deputado Valdir Rossoni no sentido de que se aguarde o presente Projeto nesta Comissão até que se complete um ano de Personalidade Jurídica, o qual fará em 03/12/91. 5) Projeto de Lei nº 198/91 de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo. Parecer Favorável às Emendas, do Deputado Valdir Rossoni - Aprovado. 6) Projeto de Resolução nº 26/91 de autoria do Deputado Albino Corazza. Parecer Favorável do Deputado Antônio Costenaro Neto - Aprovado. 7) Projeto de Lei nº 470/91 de autoria do Deputado José Tavares. Parecer Favorável do Deputado Antônio Costenaro Neto - Aprovado. 8) Projeto de Lei nº 474/91 de autoria do Deputado Anibal Khury. O Deputado Relator, Alceu Swarowski requer diligência - Deferido. 9) Projeto de Resolução nº 61/91 de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer Favorável do Deputado Plauto Miró Guimarães - Aprovado. 10) Projeto de Resolução nº 35/91 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. O Deputado Ovídio Constantino requer diligência - Deferido. 11) Projeto de Lei nº 446/91 de autoria do Deputado José Tavares. Fica determinado que se junte todos os demais projetos referente ao mesmo assunto, para que se possa oferecer um substitutivo geral. 12) Projeto de Lei nº 434/91 de autoria do Deputado Algaci Túlio. A Deputada Relatora, Emília Belinati, requer diligência junto ao autor - Deferido. 13) Projeto de Lei nº 465/91 de autoria dos Deputados Dalton Machuca e Ademar Luiz Traiano. O Deputado Relator, Rafael Greca de Macedo, requer seja determinada a juntada de cópia de Lei que se pretende alterar - Deferido. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, determinando que se lavrasse a presente ata.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
ANA LÚCIA ANDRETTA
Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS
12ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reunião

das Comissões, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Garcia, Alceu Swarowski e Mário Bezerra. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 282/91, de autoria dos Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer Favorável-Aprovado. 02) Projeto de Lei nº 450/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 88/91. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer Favorável-Aprovado. 03) Projeto de Lei nº 421/91, de autoria do Deputado Albino Corazza e outros. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer Favorável-Aprovado. 04) Projeto de Lei nº 448/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 90/91. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer Favorável-Aprovado. 05) Projeto de Lei nº 398/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer no sentido de transformar em diligência junto ao Departamento de Serviços de Transporte Comercial da Secretaria dos Transportes. Deferido. 06) Projeto de Lei nº 394/91, de autoria do Deputado José Alves. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer Contrário-Aprovado. 07) Projeto de Lei nº 452/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 86/91. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer Favorável-Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL
Presidente
Wilson Penka
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Renato Adur, Alceu Swarowski, Nelson Garcia e Cleiton Kielse, tendo justificado a ausência o Deputado Mário Bezerra. Havendo número legal, o Senhor Presidente dá início aos trabalhos.

Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 457/91, de autoria do Deputado Toti Colaço. O Senhor Presidente esclarece que o Relator deste Projeto é o Deputado Mário Bezerra, mas em função de seu não comparecimento - justificado - solicita ao Deputado Cleiton Kielse que faça a leitura do Parecer, já exarado pelo Relator. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer Favorável, Aprovado. 02) Projeto de Lei nº 379/91, de autoria do Tribunal de Justiça. Relator: Deputado Nelson Garcia. Parecer Favorável, Aprovado. 03) Projeto de Lei nº 400/91, de autoria do Deputado Paulo Maia. Relator: Deputado Renato Adur. Parecer Favorável, Aprovado. 04) Projeto de Lei nº 449/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 089/91. Relator: Deputado Renato Adur. Parecer Favorável, Aprovado. 05) Projeto de Lei nº 437/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 80/91. Relator: Deputado Nelson Garcia. Parecer Favorável, Aprovado. 06) Projeto de Lei nº 478/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 100/91. Relator: Deputado Alceu Swarowski. Parecer Favorável, Aprovado. 07) Projeto de Lei nº 368/91, de autoria do Deputado Rafael Greca. Relator: Deputado Alceu Swarowski. Parecer no sentido de transformar em diligência junto à Secretaria de Estado dos Transportes. Deferido. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL
Presidente
Wilson Penka
Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

12ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Cezar Silvestri. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 208/91, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho. Relator Deputado Toti Colaço. Parecer favorável-Aprovado. 02) Projeto de Lei nº 387/91, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari.

Relator Deputado José Alves. Parecer Favorável- Aprovado à emenda substitutiva geral. 03) Projeto de Lei nº 394/91, de autoria do Senhor Deputado José Alves. Relator Deputado Toti Colaço. Parecer Contrário-Rejeitado. 04) Projeto de Lei nº 414/91, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões. Relator Deputado Renato Adur. Parecer Favorável-Aprovado. 05) Projeto de Lei nº 438/91, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese. Relator Deputado José Alves. Parecer Favorável-Aprovado. 06) Projeto de Lei nº 457/91, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço. Relator Deputado Renato Adur. Parecer Favorável-

Aprovado. 07) Projeto de Lei nº 467/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 96/91. Relator Deputado José Alves. Parecer Favorável-Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

Sandro Alberto Figueiredo

Secretário